

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Etno-grafando: a Antropologia como prática discursiva

João Paulo Cordeiro Reis*

Objetivo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre o caráter transitório, plural e diverso do discurso etnográfico. A partir das tensões experimentadas no contexto de iniciação à prática antropológica, busca-se pensar as relações entre pesquisador e “nativo”, não apenas no contexto do trabalho de campo, mas também no momento da escrita etnográfica. As considerações de Michel Foucault sobre a posição de sujeito e a noção de autor são tomadas como base de reflexão para o questionamento sobre o saber e o fazer antropológicos e suas implicações.

Palavras-chave: etnografia, discurso, autor

Abstract: The aim of this work is to reflect about the transitory, plural and diverse character of the ethnographic discourse. From the tensions experienced in the context of the initiation to the anthropologic practice, it is intended to think about the relations between the researcher and the “native”, not only in the context of the fieldwork, but also at the moment of the ethnographic writing. Michel Foucault’s considerations about the position of the subject and the notion of the author are taken as the basis of the reflection for the discussion about the Anthropologic knowledge and practice and their implications.

Key-words: ethnography, discourse, author

“Meu objeto de estudo é o naturismo!” Essa afirmação – hoje proclamada na primeira linha de um texto – foi durante muito tempo motivo de angústia e reflexão para este pesquisador. Confrontado pela possibilidade de ser mal compreendido, tanto no círculo acadêmico quanto no pessoal, tive de ir me acostumando aos poucos com a idéia de poder vir a ser identificado com uma prática considerada marginal em relação aos mais diversos grupos sociais, inclusive no meio acadêmico, muito embora pessoalmente tivesse por ela curiosidade e simpatia.

Porém, o motivo pelo qual dou início ao meu texto com essa afirmação tão categórica vai muito além de uma busca por compreensão ou reconhecimento em relação ao meu objeto de estudo. Trago esta afirmação especificamente porque minha percepção sobre o

* Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Viçosa, mestrando em Sociologia e Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

saber e o fazer antropológicos veio a se modificar de forma bastante significativa a partir do momento em que me tornei um pesquisador naturalista do naturismo.

Quando optei pelo estudo do naturismo, uma das questões que me acompanhava dizia respeito justamente à possibilidade de poder experimentar corporalmente as mesmas sensações que o grupo estudado. A idéia de realização de uma Antropologia mais “encorpada”, no sentido proposto por Loïc Wacquant (2002), aparecia aos meus olhos como um modo privilegiado de reflexão sobre a própria prática antropológica, lançando um olhar renovado sobre uma de suas principais características: o trabalho de campo.

Minha proposta inicial em relação a esse aspecto centrava-se de forma mais específica no questionamento acerca da distinção quase automática entre os antropólogos e os “nativos” nos contextos de suas pesquisas. A distinção entre pesquisador e grupo parecia uma premissa necessária para o saber e o fazer antropológicos, fator que muitas vezes se transformava em motivo de angústia e inquietação.

A antropologia é herdeira de uma tradição que investe na construção de uma relação bastante específica entre o pesquisador e seu “objeto” de estudo. A idéia de observação participante, como proposta por Malinowski no famoso *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), constitui-se ainda hoje como o método privilegiado de acesso aos modos de vida “nativos”, fator que justifica a compreensão do autor como uma espécie de mito fundador da Antropologia, para utilizar a definição de George Stocking (1983).

Em sua etnografia das ilhas Trobriand, considerada a principal obra de referência para a introdução à Antropologia, Malinowski descreve de forma minuciosa o desenvolvimento de sua pesquisa, atentando para as relações que lhe permitiram reconhecer o universo social dos trobriandeses “de dentro”, a partir das percepções e práticas dos próprios nativos.

A descrição de Malinowski atenta para um fator de grande importância no contexto da disciplina: a necessidade de construção de uma relação direta e empática com os “nativos” a fim de poder acessar elementos que permaneceriam desconsiderados numa observação externa. Viver como um nativo entre os nativos significaria, portanto, permanecer com o grupo e ser por ele reconhecido, numa espécie de “imersão total” que permitisse, em alguma medida, que o pesquisador se “tornasse nativo”.

O método de Malinowski propunha que o pesquisador realizasse as mesmas atividades e tarefas do grupo, bem como seguisse seus padrões de comportamento e conduta. Nenhum aspecto dos modos de vida “nativos” poderia escapar a uma observação constante e detida, traduzida não apenas em palavras, mas também em atos. Apenas a realização diária e

constante das práticas “nativas” permitiria o acesso do pesquisador aos seus significados mais íntimos e característicos.

Contudo, a iniciativa de Malinowski insere-se num contexto de busca por uma legitimidade científica para a Antropologia, até então relegada a ser um aspecto de pesquisas mais abrangentes na área das ciências naturais e sociais. A construção da autoridade do pesquisador, a partir da idéia de “eu estive lá e vi com meus próprios olhos”, tinha como objetivo o reconhecimento e a consolidação de um campo científico ainda marginal.

É interessante pensar, portanto, no modo como a Antropologia vai se consolidar a partir da idéia de que uma espécie de “transmutação” do pesquisador em “nativo” permite ao primeiro compreender os significados sociais mais imbricados em relação ao grupo, traduzindo-os num discurso elaborado dentro dos padrões do campo científico. A idéia de que o antropólogo conseguiria reproduzir o discurso “nativo” e resignificá-lo aos olhos da ciência aparece como uma premissa fundamental para a construção da Antropologia enquanto campo específico do saber.

Desse modo, a proposta de Malinowski exerceu uma influência considerável na construção do pensamento antropológico, deixando suas marcas nas reflexões sobre a disciplina até os dias de hoje. A observação participante continua sendo o método privilegiado do fazer antropológico, transformando o trabalho de campo numa das características fundamentais para a prática. E a escrita etnográfica, tão aproximada das categorias de pensamento “nativas”, tende a figurar como o produto discursivo final deste fazer, diante da idéia de que tal texto seria construído a partir do discurso dos próprios “nativos”.

Contudo, o modelo proposto por Malinowski é ainda hoje motivo de tensão para muitos pesquisadores, traduzindo a instabilidade de um campo do saber fundamentado muito mais na constituição de um determinado olhar e de um determinado discurso sobre esse olhar do que na aplicação de um método efetivo. Como acentua Evans-Pritchard (1978), ninguém sabe exatamente como faz o próprio trabalho de campo; a pesquisa etnográfica encontra-se em larga medida influenciada pelas condições específicas de sua realização, bem como pelas características do próprio pesquisador envolvido. E é esse tipo de compreensão que vai vir a modificar os rumos da disciplina num contexto mais recente.

A consideração de que a subjetividade do pesquisador encontra-se envolvida de maneira particular na construção da reflexão antropológica vai tornar-se uma premissa fundamental no contexto deste campo disciplinar. O reconhecimento de que a necessidade de estabelecer uma relação com os “nativos” atua de forma direta nas percepções do pesquisador, não apenas sobre o grupo, mas também sobre si mesmo, modificando-o e transformando-o de

maneira significativa durante o desenvolvimento da pesquisa, passa a figurar com um elemento da reflexão mais recente sobre a prática. Muito mais do que análise e observação, o exercício antropológico exigiria, então, uma interação profunda, definindo relações que extrapolariam os modos de conhecimento e apreensão de mundo.

No contexto de meu trabalho, estas considerações pareciam fazer ainda mais sentido, uma vez que meu corpo participaria de forma direta de toda a experiência, expondo minha nudez, evidenciando minhas características mais particulares, desvelando a fronteira de minha intimidade e acionando as mais diversas sensações e receios.

Mesmo no contexto da produção antropológica mais recente, poucos são os trabalhos onde o corpo interfere de maneira tão direta na interação com o grupo. A vivência do naturismo exige mais do que um acesso às representações e modos de vida do grupo, mas pressupõe também o compartilhamento de uma experiência corporal, proporcionada apenas no contexto da prática. A nudez naturista é interpretada pelos praticantes como reveladora de uma série de significados, tornando qualquer marca ou postura inadequada um elemento potencial de risco para o estabelecimento de uma relação.

Lembro-me que meus primeiros esforços nos momentos iniciais da prática vinham no sentido de conseguir reservar algo propriamente meu durante o trabalho de campo. A entrada em campo significava muito mais do que uma visita à praia do Abricó, mas traduzia também uma espécie de dupla iniciação: no naturismo, por um lado; e na Antropologia, por outro.

Em ambos os casos, experimentava uma sensação semelhante. Cumprir o ritual de iniciação exigia que eu me despisse não das roupas, mas de elementos que até então estavam estreitamente relacionados com minha noção de identidade. Para concretizar minha pesquisa, eu precisava “transformar-me”, ao mesmo tempo, em naturista e em antropólogo. Ou mais ainda, precisava ser simultaneamente pesquisador e “nativo”.

O reconhecimento como “nativo” se tornava fundamental, na medida em que apenas ele me permitiria o acesso aos naturistas. No contexto de minha pesquisa, somente o fato de pertencer ao sexo masculino já me colocava numa posição de difícil aceitação¹. Fazia-se necessária uma espécie de sujeição aos padrões e critérios estabelecidos pelo grupo, fator que não vinha livre de desconfortos e tensões em alguns momentos.

Por outro lado, a iniciação na Antropologia me parecia ainda mais incômoda. Investir na identidade de pesquisador como única referência em campo era uma estratégia ao

¹ Os naturistas tendem a ter resistência em relação aos homens desacompanhados que visitam seus espaços, justificando-se em função da preservação e proteção em relação ao corpo e à nudez feminina.

mesmo tempo conflituosa em termos éticos e inatingível nos termos da experiência. Na condição de pesquisador, jamais me seria possível atingir o estatuto de “nativo”, o qual, por sua vez, limitava a minha construção como pesquisador.

Muito embora houvesse uma tensão inicial entre a possibilidade de que eu me tornasse apenas um pesquisador ou apenas um “nativo”, transitando entre estes dois pólos distintos, eles nunca me pareceram efetivamente inconciliáveis. Fixar um padrão identitário me parecia em larga medida um exercício complicado e desnecessário. Minha própria concepção de Antropologia se modificava na medida em que percebia o estatuto sempre ambivalente do pesquisador. Assim, fui aos poucos me tornando um tanto “nativo”, um tanto pesquisador, um tanto visitante ocasional, outro tanto uma pessoa inserida em círculos de relações bastante específicos.

Muito daquilo que pode ser produzido no contexto da Antropologia é resultado das relações desenvolvidas entre o pesquisador e o grupo, em decorrência de encontros provocados, interrogações freqüentes, buscas incansáveis ou ainda pelo mais puro e simples acaso. No contexto de minha pesquisa, talvez o último elemento tenha tido um peso mais do que considerável em relação aos demais. Ao buscar vivenciar a praia da maneira como os naturistas o faziam, aos poucos fui sendo inserido num círculo de relações, enquadrado em suas definições específicas, reconhecido como uma presença satisfatória e agradável na praia.

Seria difícil precisar o momento que fui realmente reconhecido como naturista. A idéia de seguir para a praia, prestar atenção nos modos de comportamento, nas falas, nos gestos, nos assuntos das rodas de conversa, tudo isso me parecia um artifício ao mesmo tempo produtivo e prazeroso. Os significados veiculados pelo grupo começavam aos poucos a fazer sentido. Sentia-me um pouco como Paul Rabinow (1977) em seu trabalho de campo no Marrocos, onde uma sucessão de encontros fortuitos e incidentes inesperados tornou possível que ele fosse aceito numa pequena comunidade local. Uma vez que os limites entre os naturistas e eu não estavam definidos numa idéia de diferença étnica, religiosa, nem tampouco social, era-me possível ir aos poucos sendo reconhecido como um entre eles. Não apenas um pesquisador, nem apenas um naturista, mas certamente um pouco de ambos.

Em sua ausência de regras e parâmetros fixos, o trabalho de campo desenvolve-se de maneira estritamente subjetiva, sendo definido a partir da relação particular desenvolvida entre o pesquisador e os “nativos”, embora muitas vezes as definições se misturem no decorrer do processo. Não foram poucas às vezes em que os próprios naturistas iluminaram minhas reflexões controversas a partir de suas próprias considerações acerca de um determinado aspecto relacionado com a prática. Não foram menos vezes aquelas em que teci

minhas próprias considerações e me envolvi pessoalmente nas questões e reflexões do grupo. Acredito que seja esse caráter de complementaridade e transição entre o antropólogo e os “nativos” que permita à Antropologia a elaboração de interpretações mais consistentes e aprofundadas.

Todavia, as relações vivenciadas durante o campo começaram a ganhar um sentido diferente quando comecei minha escrita etnográfica. A idéia de escrever sobre os naturistas, com quem havia convivido durante os últimos meses, deixava questões bastante específicas em relação ao processo de elaboração e construção dos significados da pesquisa. E foi essa tensão em relação à multiplicidade de discursos e experiências que compunham minha vivência na praia do Abricó o ponto de origem deste trabalho.

A escrita etnográfica possui um papel fundamental na consolidação da Antropologia como ciência. Como se pode perceber ainda no estudo de Malinowski, é a partir da descrição minuciosa das condições de pesquisa e dos métodos utilizados que a Antropologia pôde integrar o quadro geral do pensamento científico.

Porém, como bem evidenciam os diários do autor², o processo de construção etnográfica exige uma elaboração bastante específica e é precisamente neste momento que a identidade do pesquisador busca se desvencilhar do contexto das relações mais amplas e distanciar-se delas.

Contudo, a publicação dos diários de Malinowski coloca novas questões para o saber e o fazer antropológicos. A partir deles, torna-se possível identificar dois níveis discursivos utilizados pelo autor: o primeiro deles, relacionado com as experiências particulares do pesquisador durante o período em que esteve em campo; o segundo, caracterizado por sua escrita monográfica, relacionado com a busca de legitimidade e autoridade científicas que permitiram a consolidação da Antropologia como ciência.

Desse modo, a escrita etnográfica seria questionada e considerada nos mais diversos níveis. Primariamente entendida como uma espécie de *tradução* em relação ao discurso “nativo”, ela começa a ser encarada como uma *interpretação*, como um discurso produzido por um *sujeito*.

Clifford Geertz (1989) pode ser considerado um dos principais expoentes da idéia de Antropologia como interpretação, consolidando uma escola específica a partir deste tipo de abordagem. Segundo o autor, o exercício antropólogo pode ser percebido como uma prática

² A publicação dos diários de Malinowski, em 1967, constitui um marco no contexto da disciplina, evidenciando de forma característica a construção discursiva do autor em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. No diário aparecem de forma característica os conflitos e dificuldades do pesquisador em campo, comprometendo as imagens de empatia e convivência plena junto à população nativa.

essencialmente interpretativa, trabalhando a partir da coleta de dados de segunda ou terceira mão, que seriam analisados e construídos discursivamente pelo pesquisador.

Essa concepção do discurso antropológico como prática *autoral* promove uma mudança significativa no quadro da disciplina, questionando os critérios de legitimidade e autoridade que caracterizavam esse saber em sua concepção mais clássica. A idéia de uma Antropologia interpretativa tende a considerar de maneira bastante destacada a elaboração e construção dos dados da pesquisa por parte do pesquisador, atentando para o papel de um sujeito particular no processo de construção do discurso etnográfico. A idéia de que evidenciar o “lugar” específico de onde o sujeito profere seu discurso tornaria possível situar a interpretação do autor e livrá-la, portanto, de sua pretensão enquanto verdade incontestada vai produzir efeitos significativos nos modos de se fazer Antropologia, tendo como consequência uma série de trabalhos voltados mais para o pesquisador do que para os “nativos” especificamente.

O que se pode observar, de maneira mais ampla, é uma espécie de virada epistemológica bastante característica: se no contexto clássico a Antropologia tende a ser pensada como uma espécie de reflexo do discurso “nativo”, elaborado e sistematizado pelo pesquisador, a Antropologia contemporânea tende a observar uma ênfase detida na figura do pesquisador, entendido como sujeito de elaboração do discurso. Assim, seria possível pensar, dentro da perspectiva de Geertz (2002), na idéia do “antropólogo como autor”.

A associação entre Antropologia e autoria tem se tornado cada vez mais comum em relação ao saber e ao fazer ligados à disciplina. De um lado, ela procura resolver alguns limites colocados em relação aos modos tradicionais de se pensar este campo, desmistificando a idéia do discurso antropológico como critério de verdade.

Todavia, sua ênfase na posição do autor coloca novas questões para os pesquisadores da área, uma vez que a idéia de um sujeito fixo e “localizado” se faz necessária para este tipo de construção. Evidenciar a posição do autor, característica que tem sido amplamente defendida na Antropologia contemporânea, seria também assumi-lo como um sujeito estático e centrado, distanciado de um quadro de relações mais amplo a partir do momento em que se põe a escrever.

Essa mudança de perspectiva no contexto da disciplina, marcando a passagem de um critério de verdade centrado na possibilidade de apreensão do universo social “nativo” a partir de suas próprias percepções para um contexto no qual o papel do pesquisador assume uma importância na definição deste olhar sobre o “nativo”, demonstra de maneira característica o modo como a Antropologia vai se definir muito mais como um modo de ver

do que como uma disciplina ligada à construção de um objeto específico, fator que terá influência considerável nos modelos de construção do discurso antropológico. Se o olhar tende a ser percebido como característica de um sujeito, esta própria noção de sujeito aparece como premissa para realização das pesquisas.

É diante desse quadro que a Antropologia vai ser pensada como construção discursiva de um sujeito particular, assumindo que a posição deste sujeito afeta de maneira característica a elaboração, o desenvolvimento e a conclusão da pesquisa. Assim, evidenciar o “lugar de onde o autor está falando” aparece como uma maneira de resolver o impasse entre o discurso “nativo” e o discurso do pesquisador, estabelecendo um novo critério de verdade: a verdade interpretativa, característica do sujeito.

Assim, o exercício antropológico vai ser pensado como uma prática autoral, como construção subjetiva dos significados percebidos pelo pesquisador em seu contato e convivência com os “nativos” e como mediação entre dois discursos tradicionalmente diferenciados. Haveria, portanto, duas “vozes” em relação no contexto da pesquisa etnográfica: aquela dos “nativos” e aquela do pesquisador/autor.

Todavia, esta perspectiva tende a assumir um sujeito essencializado, capaz de articular duas ordens discursivas diferenciadas e a partir delas construir uma terceira: o discurso antropológico. O quadro seria composto por três níveis diferenciados o do pesquisador, o dos “nativos” e o da própria Antropologia todos centralizados num sujeito em si: o autor. Porém, um deslocamento deste eixo, a partir da crítica de Foucault (1992; 2006) à idéia de um sujeito essencializado, permite reconhecer a inviabilidade de um projeto antropológico centrado na construção de uma verdade, uma vez que a própria posição do sujeito da pesquisa estaria em cheque.

Adotando a idéia de uma subjetividade nômade, perpassada por uma variedade de fluxos discursivos que impediriam sua fixação numa noção essencializada de sujeito, Foucault permite reconhecer o modo como o discurso antropológico é também, em alguma medida, destituído de autor e de verdade, podendo ser percebido muito mais como uma multiplicidade de “vozes” e ordens discursivas entrelaçadas que dariam significados específicos ao texto etnográfico. Pensar a Antropologia sob esse viés, é uma maneira de reconhecer a pluralidade de relações e contextos que caracterizam não apenas a experiência antropológica, mas também a experiência humana, colocando questionamentos sobre que tipo de Antropologia se deseja fazer e como. Entender a construção do autor como uma instância elaborada discursivamente é acentuar o caráter transitório, plural e diverso tanto das relações em campo quanto dos textos etnográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRAPANZANO, Vincent. 1977. “On the writing of ethnography”. *Dialectical Anthropology* 2 (1).

EVANS-PRITCHARD, E. E.. 1978. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FOUCAULT, Michel. 2006. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. 1992. *O que é um autor?*. Lisboa: Veja.

GEERTZ, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

_____. 2002. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 [1922]. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril.

_____. 1997 [1967]. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record.

RABINOW, Paul. 1977. *Reflexions on fieldwork in Morocco*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press.

STOCKING JR., George. 1983. *Observers observed: essays on ethnographic fieldwork*. HOA v. 1. Madison: The University of Wisconsin Press.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O nativo relativo”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*. 8 (1).

WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e Alma: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.